

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



OS DESAFIOS DA GESTÃO DO TRABALHO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO

Luciana Azevedo¹

Maria Alcina Gomes de Sousa Monteiro²

Diana Batalha Jardim³

RESUMO

O presente artigo trata dos desafios da Política Municipal de Assistência Social em São Luís do Maranhão na implementação das ações de gestão do trabalho, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Analisa-se as estratégias de superação das condições precárias de trabalho dos trabalhadores do SUAS do município como singularidade da expansão precária da política de assistência social, no bojo da precarização do mundo do trabalho. Nesse sentido, entende-se que o trabalho no SUAS insere-se na produção ampliada do capital como externalização da produção fabril, via setor serviços, pela mediação do estado.

Palavras-chave: Gestão do trabalho; Política de Assistência Social; Reestruturação Produtiva.

ABSTRACT

This article deals with the challenges of the Municipal Social Assistance Policy in São Luís, Maranhão, regarding the implementation of management actions work, within the scope of the Unified Social Assistance System. The strategies for overcoming the precarious working conditions of the SUAS workers in the municipality were analyzed as a singularity of the precarious expansion of the social assistance policy in the midst of the precariousness of the work's world. Thus, it is understood that the work at SUAS is inserted in the expanded production of capital as well as an outsourcing of factory production, via several services sector, throughout the mediation of the State.

Keywords: Work management; Social Assistance Policy; Productivity Amendment.

¹ Programa de Pós-graduação em Serviço Social - UERJ. Doutoranda em Serviço Social. lucyazvdo@yahoo.com.br

² Técnica de Nível Superior da Coordenação de Gestão do Trabalho e Educação Permanente - COGETP/SEMCAS. Mestra em Educação/UFU. mariaalcina@hotmail.com

³ Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica. diana.jardim@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) construiu-se e estruturou-se pela oferta de serviços executados por seus trabalhadores, cujos avanços e desafios, resguardadas as devidas mediações, são permeados pelas problemáticas e desafios próprios da classe trabalhadora no modo de produção capitalista (BRASIL, 2005).

Desse modo, apesar de muito ter-se avançado, em termos de serviços oferecidos, permanecem a precarização das condições e vínculos de trabalho em boa parte do país, como expressão da ênfase na transferência de renda focalizada com expansão precária dos serviços, materializando um contingente de trabalhadores com demanda de valorização mediante capacitação e ruptura com os vínculos precários de trabalho.

No que se refere à gestão municipal da Política de Assistência Social de São Luís, capital do Maranhão, em 2020, tratava-se de uma metrópole com quase cento e oitenta e nove mil famílias incluídas no Cadastro Único de Programas Sociais, portanto, classificadas como de baixa renda. Dentre elas, quase metade – setenta e cinco mil famílias – estavam na faixa de extrema pobreza, conforme parâmetro do Banco Mundial. Tais famílias já eram o público de atendimento da referida política social, o que explica o fato desta capital estar qualificada em nível de gestão plena no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com uma ampla rede de serviços socioassistenciais ofertados.

Com suas particularidades, a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS) de São Luís do Maranhão, destacou-se em buscar enfrentar tais determinações que desdobravam em precarização das condições de trabalho, por meio das ações de Coordenação da Gestão do Trabalho e Educação Permanente (COGETEP). Especialmente no período de 2013 a 2020, de modo que deixou um legado de avanços e desafios na valorização dos trabalhadores dessa política social.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



2 O TRABALHO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO EXPRESSÃO DA EXTERIORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO FABRIL

A Política de Assistência Social caracteriza-se, fundamentalmente, por oferecer serviços de atendimento e acompanhamento voltados aos extratos da classe trabalhadora que vivenciam, de forma mais profunda, os desdobramentos da desigualdade social. Assim, oferta serviços àqueles que vivenciam insegurança alimentar, decorrente de ausência de renda mínima para a sobrevivência e violências de várias formas, às quais o marco legal dessa política social relaciona à necessidade de prevenir a vulnerabilidade e o risco social, acompanhar e, ou acolher aqueles que já a vivenciam, ou apresentam vínculos familiares rompidos.

Nessa perspectiva, a vulnerabilidade social relaciona-se à desigualdade social intrínseca ao modo de produção capitalista, agravada pelo pouco ou nenhum acesso ao conjunto das demais políticas públicas que conformam a proteção social, e pela particularidade do precário exercício da cidadania, marca da formação social brasileira, mediante as decisões pelo alto, assim como relação de mando e favor.

Por conseguinte, analisando-se a origem do setor de serviços, no bojo da produção ampliada do capital, remete-se a Braverman (1987), o qual afirma ser na fase monopolista, articulado à cooperação, que essa dinâmica vai desembocar no setor de serviços mediante a exteriorização da produção, quando a cooperação atinge as especializações do trabalho coletivo, de nível superior.

Portanto, é necessário problematizar o setor de serviços, considerando que, na visão do autor, ele é uma externalização de fases da produção que antes era realizada nas indústrias. Essa expansão dos serviços se dá, também, pela expansão da mercadoria que demanda serviços de apoio e manutenção. O autor contesta ainda a ideia de setor de serviços como mais qualificado e remunerado, e evidencia um aprofundamento da proletarização na área de serviços, degradação do trabalho, o qual enfatiza pela compartimentalização, alienação, tendo em vista o menor domínio do processo de trabalho, desdobrando em subsunção real sobre o estágio mais avançado da maquinaria.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Braverman (1987) demarca que, no princípio, o escritório era o local do trabalho mental enquanto a oficina era o local do trabalho manual, fato que mudou depois de Taylor, que com a gerência científica, deixou o escritório cada vez mais racionalizado, com concepção restrito a um grupo reduzido, de modo que o escritório passou a ser um lugar do trabalho manual. Desse modo, trabalhos que seriam pertinentes à organização e gerência do processo de trabalho são cada vez mais compartimentalizados, migrando como setor de serviços, que se tornam verdadeiros galpões. Segundo o autor, isso só é possível na era dos monopólios.

Cabe ressaltar os elementos que Braverman (1987) nos aponta e que permitem pensar as políticas sociais, como a de assistência social, que interferem na dinâmica interna das famílias da classe trabalhadora, haja vista que, de unidade produtora, são transformadas pelo capital em unidades consumidoras.

Por conseguinte, vem acontecer que enquanto a população é comprimida cada vez mais apertadamente, junto com o ambiente urbano, a atomização da vida social continua aceleradamente [...] Assim, quanto mais a vida social se transforma em uma densa e compacta rede de atividades interligadas nas quais as pessoas são totalmente independentes, tanto mais atomizadas elas se tornam, e mais seus contatos com outros as separam em vez de torná-las mais próximas. Isto é verdade por razões afins, quanto à vida familiar. Além de suas funções biológicas, a família serviu como uma instituição chave da vida social, da produção e do consumo. Dessas três, o capitalismo deixa apenas a última, e isso em forma atenuada, visto que mesmo como unidade consumidora a família tende a romper-se em partes componentes que efetuam o conjunto separadamente (BRAVERMAN, 1987, p. 235-236).

Nesse sentido, todas as dimensões da sociabilidade e do preenchimento do tempo ocioso, incluindo o trabalho doméstico, assim como as atividades e dimensões relacionadas à cultura e ao esporte, são incorporadas pelo capital na forma de serviços, ou seja, destinadas ao consumo daqueles aptos a adquiri-los. Por conseguinte, diante da ruína das habilidades da família em cuidar dos seus e de sua comunidade, o capital aciona o Estado através de políticas sociais, como a de assistência social em sua dimensão de prevenção ou institucionalização, cujas especializações são convocadas a intervir, dentre elas, a do Assistente Social, Psicólogo, Advogado, Pedagogo, dentre outros. Entre outros objetivos, tal intervenção contribui para que o capital logre êxito em sua necessidade de construir a sociabilidade apta ao referente estágio da acumulação. E, sobre tal, quando

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



executado por força de trabalho remunerada, sem a mediação direta do Estado, assim se expressa:

Os bens e serviços produzidos pelo trabalho não pago no lar não são absolutamente computados, mas quando os mesmos bens e serviços são produzidos por trabalho fora do lar, entram nas estatísticas [...] o trabalho da dona-de-casa, embora tenha o mesmo efeito material ou de serviço que o da camareira, da garçonete, faxineira, porteira ou lavadeira, está fora do alcance do capital; mas quando ela assume uma dessas funções fora de casa, torna-se um trabalhador produtivo. O trabalho dele agora enriquece o capital e assim merece um lugar no produto nacional (BRAVERMAN, 1987, p. 240).

Nessa perspectiva, Braverman (1987) retoma Marx, no capítulo XIII, intitulado “Mercado Universal” para articular o serviço à mercadoria, demarcando que o serviço é “o efeito útil de um valor de uso, seja ele mercadoria ou trabalho. O trabalhador empregado na produção de bens presta um serviço ao capitalista, e é como resultado desse serviço que toma forma um objeto tangível e vendável como mercadoria” (BRAVERMAN, 1987, p.302). Assim, evidencia que quando o trabalhador não o oferece diretamente ao usuário, de modo que seu efeito útil é vendido ao capitalista, tem-se o modo de produção capitalista no setor de serviços. E arremata que o que importa não é se o produto é uma mercadoria palpável ou em forma de serviço, e sim se foi obtido nas redes de relações sociais capitalistas, nas quais o trabalhador foi transformado em homem pago, e a resultante do seu trabalho foi transformada em trabalho produtivo, qual seja, aquele que produziu lucro ao capital.

Nessa mesma direção, cabe ressaltar ainda o que Marx aponta no capítulo XIV do Livro 1 de *O Capital* (Mais-valia Absoluta e Mais-valia relativa), ao diferenciar o trabalho produtivo do improdutivo, e que nos apresenta elementos para analisar a externalização da produção indicada por Braverman (1987). Diferente do pressuposto de que o mais-valor somente se produziria na fase do processo produtivo de mercadorias que impliquem diretamente o intercâmbio metabólico do homem com a natureza, o autor evidencia:

Para trabalhar produtivamente não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto de trabalho; basta ser órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma de suas funções fracionárias. A conceituação anterior de trabalho produtivo, derivada da natureza da

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



produção material, continua válida para o trabalhador coletivo, considerado em conjunto. Mas não se aplica mais a cada um de seus membros individualmente considerados (MARX, 2013b, p. 585).

Assim, ainda que estejamos abordando o trabalho na política de assistência social, portanto não diretamente produtivo porque realiza-se pela mediação do Estado, entende-se que ele contribui para a produção ampliada porque lida com a reprodução da força de trabalho, fundamental para garantir as condições da produção capitalista, seja contribuindo para sobrevivência da classe trabalhadora, seja de seus sobrantes.

Retomando tal discussão, Antunes (2018) em O Privilégio da Servidão destaca que se tem hoje uma contratendência à ideia de que se caminhará para o fim da sociedade do trabalho, ou fim da sociedade do trabalho vivo. Desse modo, diferente de se caminhar para o fim do proletariado industrial, herdeiro da era fordista e taylorista, o que se vivencia é uma forte expansão do trabalho no setor de serviços e também na agroindústria e indústria de forma variada nos diversos países do Sul, especialmente China, Coreia, Brasil, México, África do Sul, dentre outros. E, a título de exemplo, o autor especifica a franca expansão da terceirização das fábricas da Apple na China, com altas taxas de suicídio, e dos trabalhadores que dormem em cápsulas ou em cibercafés no Japão, os quais, segundo Antunes (2018), são nominados por Ursula Huws de cibertariados ou infoproletários ou intermitentes globais.

Exemplifica também essa realidade, citando o fenômeno pejorativo norte-americano adotado pela *Walmart*, conhecido como “walmartização do trabalho”, o qual consiste em utilizar-se de elementos do Toyotismo e Taylorismo para remunerar o trabalho sempre a patamares mais baixos. Para isso, prioriza-se a força de trabalho de mulheres, jovens, negros e portadores de deficiência, assim como de fornecedores chineses, cuja força de trabalho é vendida a valores sobremaneira reduzidos, já que, conforme Basso (*apud* ANTUNES, 2018), a referida empresa não incorporou nenhum traço de efetiva valorização salarial. Nessa direção, exemplifica os trabalhadores das mais diversas categorias do setor de serviços, com contrato de zero hora, os quais ficam à disposição, mas recebem somente pelo tempo em que desempenham efetivamente o serviço acionado.

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Combinam-se, portanto, disponibilidade perpétua e precariedade total, onde os últimos oscilam entre o desemprego completo e o privilégio da servidão. Nessa escala coaduna um grupo minoritário de trabalhadores no topo dos assalariados e uma massa de “empreendedores” “proletários-de-si-mesmo” ou “burgueses-de-si-próprio”, num processo em que a uberização do trabalho, bem como o trabalho pago com *voucher*, na Itália, em 2017, foram também precedentes para o florescimento e ampliação do que ficou conhecido como precariado, movimento de trabalhadores que não encontraram acolhida no espaço sindical tradicional, dadas suas relações de trabalho singulares.

Já no Brasil, o proletariado nasceu impregnado de precariedade, haja vista que nasceu a partir da abolição do trabalho escravo, **“de modo que sua precarização não é a exceção, mas um traço constante de sua particularidade desde a origem”** (ANTUNES, 2018, p. 61, grifo nosso). Em sequência, o autor afirma que, como no Sul não nasceu nenhuma aristocracia operária, o proletariado brasileiro sempre se confundiu com a condição de precariedade, enquanto no Norte, na gênese do movimento operário constituiu-se uma forte aristocracia operária com um proletariado sólido, herdeiro do Taylorismo, do Fordismo e do *Welfare State*.

No que tange ao setor de serviços ser produtivo ou não, discussão apontada até aqui a partir de Braverman (1987), Antunes (2018) também concorda. Mas demarca que o ponto fundamental expressa-se no Capítulo 6 do Livro II de *O Capital*, qual seja a compreensão marxiana da indústria de transportes como uma esfera particular de emprego de capital produtivo dando continuidade ao processo de produção dentro do processo de circulação. Esse “processo de produção dentro do processo de circulação” é o que Antunes (2018, p. 41) considera ponto crucial de similitude entre produção material predominante na indústria e produção imaterial, predominante nos serviços privatizados. Por conseguinte, Antunes (2018, p.43) reforça que:

[...] partindo de sua excepcional percepção e teorização de que há um processo de produção que se desenvolve dentro do processo de circulação, qualquer leitura que atribua uma concepção estreita de produção e de indústria em Marx fica em grande medida fragilizada.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Nessa perspectiva, segundo Antunes (2018), embora Marx verifique que o trabalho produtivo não se conforma ao comércio, a premissa não é a mesma quando se trata do setor de serviços onde se organiza a indústria de transportes, no qual o autor verificou ser capaz de criar mais-valor. Nesse sentido, Antunes aponta que a expressiva expansão dos serviços e sua mercadorização, exige um entendimento de qual é o papel dos serviços na acumulação do capital. Isso porque, segundo ele, estamos vivenciando o advento de novas formas de extração de mais-valor nas esferas da produção não material ou imaterial no espaço dos serviços, que foram privatizados durante o neoliberalismo, haja vista que, a seu ver, a principal transformação da empresa flexível foi a imbricação progressiva entre trabalho, ciência, imaterialidade e materialidade, trabalho produtivo e improdutivo.

Antunes (2018) indica que Marx percebeu precocemente a tendência de ampliação das atividades produtivas imateriais, exponencialmente desenvolvida hoje, ainda que indique como prevalente a produção material decorrente da interação do labor com o maquinário informacional-digital. Nesse sentido, a hipótese de Antunes (2018, p. 47) é de que

[...] estamos presenciando em escala global o crescimento de novas formas de realização da lei do valor, configurando mecanismos complexos de extração do mais-valor, *tanto nas esferas da produção material quanto nas atividades imateriais*, estas também crescentemente constitutivas das cadeias globais de produção de valor. E, mais, mesmo não sendo o elemento dominante, é necessário reconhecer que o *trabalho imaterial* vem assumindo papel de relevo na conformação do valor, não só por ser parte da articulação relacional entre distintas modalidades de *trabalho vivo* em interação com *trabalho morto* como também por partícipe do processo de valorização, ao reduzir o *tempo de circulação do capital* e, por consequência, também seu *tempo total de rotação* (grifo nosso).

Sobre o assunto em pauta, o autor reforça que o setor de serviços está cada vez mais controlado pela lógica capitalista e seu processo de mercadorização, o que o torna cada vez mais partícipe da lógica produtiva de valor, tendo em vista as intersecções entre indústria, agroindústria e os serviços. Evento este que ocorre a partir da reestruturação produtiva da década de 1970, cujo aparato tecnológico-informacional digital converteu tal reestruturação produtiva em um processo permanente, desembocando na atual etapa da indústria 4.0.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Retomando-se lamamoto (2007), que trata do setor de serviços, ao abordar o trabalho do Assistente Social, a autora demarca que é um trabalhador pois, no conjunto da produção ampliada do capital, sua profissão soma-se às demais profissões que, embora não atuem diretamente na produção de mercadorias, contribuem para a geração de mais-valor ao viabilizarem as condições de reprodução da força de trabalho, minimizando os atenuantes do processo de produção de mais valor. Isso se justifica devido à profissão ter emergido no quadro de passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, concomitantemente a várias outras profissões que não possuem uma relação direta com a natureza, mas que contribuem para a geração de mais-valor. Disso depreende-se que, o trabalho do Assistente Social, junto a várias profissões, contribui no processo de produzir e de construir a riqueza do capitalista, independente de seu grau de aproximação com a natureza.

Assim, quanto mais os homens desenvolvem a tecnologia mais distantes ficam do trabalho direto com a natureza, pois, à medida que a divisão social do trabalho se complexificou, emergiram outras profissões que não lidam diretamente com a produção de mercadorias, mas cujas funções contribuem para o processo de produção e, conseqüentemente, com o processo de acumulação de valor. Por analogia, considera-se, nesse espectro, os serviços executados pelas profissões inseridas na política de assistência social como produtivos, por contribuírem para as condições de reprodução da classe trabalhadora, ao processarem suas demandas, contribuindo também com a “ordem social” necessária para a produção ampliada do capital, ainda que pela mediação do Estado.

3 A GESTÃO DO TRABALHO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: elementos de reflexão e desafios

Como decorrente do processo de reabertura democrática, vivenciou-se no Brasil a regulamentação da Política de Assistência Social via Constituição Federal, como parte do tripé da Seguridade Social e, posterior, Lei Orgânica da Assistência Social. E foi com a criação do Programa de Transferência de Renda “Bolsa Família”,

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



assim como deliberação pela criação e implementação do Sistema Único de Assistência Social, na IV Conferência Nacional de Assistência Social, em 2003, nos governos sob direção do Partido dos Trabalhadores, que essa política social passou por um redimensionamento, estruturação e expansão, de forma mais significativa. Tal definição pretendeu dar efetividade à referida política de assistência social, pressupondo comando único, todavia com sistema descentralizado e participativo, definindo-se reponsabilidade em cada esfera de governo, coerente com o pacto federativo.

Apesar disso, não se pode perder de vista que ela se expandiu de forma focalizada e com precariedade no que se refere às condições de trabalho disponibilizadas. Sobretudo, no que tange à implementação dos mecanismos constitucionais de proteção ao trabalho, garantidos na constituição e Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Por essa razão, foi publicada A Norma Operacional Básica de Recursos humanos - NOB-RH-SUAS, resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social à qual foi preponderante para a consolidação da Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS, almejando “a qualidade dos serviços socioassistenciais disponibilizado para sociedade depende da estruturação do trabalho, da qualificação e valorização dos trabalhadores atuantes no SUAS” (BRASIL, 2006). Nesse sentido:

A Norma Operacional de Recursos Humanos - NOB/RH/SUAS é o grande marco político e institucional na gestão do trabalho por disciplinar seus atributos essenciais e alguns parâmetros transformados em requisitos relacionados ao financiamento e ao reconhecimento público da adesão dos entes federativos ao SUAS, na aplicação relacionada com Norma Operacional Básica – NOB/SUAS/05 (BRASIL, 2011, p.13).

Nessa perspectiva, a gestão e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, almejando a consolidação do SUAS, traz a necessidade de atender aos dispositivos legais e demais normativas que regulamentam a Política de Assistência Social, o que têm importantes implicações nos processos de trabalho, requerendo, pessoal especializado e com remunerações

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



valorizadas para que possam contribuir para a garantia de proteção social e, conseqüente, melhoria das condições de vida das famílias e indivíduos atendidos.

Isso porque, consoante à Norma Operacional Básica da Política de Assistência Social ter evidenciado em seu marco situacional a necessidade de superar os vínculos precários de trabalho, resultantes de anos de política neoliberal no Brasil, Silveira (2011) afirma que, em sua constituição, o SUAS combinou avanços institucionais e rearranjos na organização dos serviços e da gestão. Assim, afirma ainda terem sido efetivados mecanismos democráticos indutores do pacto federativo na assistência social, e que dados apontam para o cumprimento de responsabilidades compartilhadas.

Entretanto, a respectiva afirma que permanecem “alguns constrangimentos típicos da descentralização político-administrativa das políticas públicas no Brasil”, os quais relaciona à cultura política enraizada. São eles:

[...] insuficiências de investimentos compartilhados, manutenção de vínculos precarizados, a exemplo de contratos temporários e dos pregões eletrônicos; ausência ou insuficiência de concursos públicos; definição de equipes sem perfil adequado, baixos e imorais salários; ampliação de demandas inerentes às equipes técnicas do sistema de justiça, segurança pública, saúde e educação; demandas territoriais ampliadas pela ausência de planejamento, gerando superexploração, desgaste emocional e mesmo danos de saúde mental; práticas gerenciais burocráticas e “produtivistas”, descaracterizando os objetivos dos serviços; ausência de registros, avaliações participativas; instalação de equipamentos sem acessibilidade e condições materiais de funcionamento; entre outros aspectos (SILVEIRA, 2011, p.17).

Ademais, as pesquisas utilizadas por ela asseveravam um quadro ainda precário de condições de trabalho que é mais ou menos agravado, conforme a organização territorial dos trabalhadores, conforme dados da MUNIC (*apud* SILVEIRA, 2011, p.18-19), são eles:

Os dados da MUNIC/IBGE (2010) retratam um aumento significativo de trabalhadores no SUAS, com acréscimo, entre 2005 e 2009, de 30,7%. Entretanto, o número de trabalhadores sem vínculo permanente cresceu 73,1%, ou seja, a maioria dos novos empregos manteve contratos de trabalho precários. Os dados demonstram um decréscimo de 12,8%, em 2005, para 8,5%, em 2009, de trabalhadores celetistas. Entretanto, os dados apontam que a metade dos trabalhadores do SUAS, ou seja 44,6%, o que amplia a lógica histórica da alta rotatividade, da baixa qualidade e precarização dos serviços.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Os dados do Censo SUAS (2010), por sua vez, apresentam um panorama de persistente precarização de vínculos de trabalho, já que apenas 39% dos trabalhadores são estatutários, o que confronta com as diretrizes da gestão do trabalho na assistência social, especialmente na composição de um amplo e diversificado quadro de servidores permanentes, com estabilidade funcional, ascensão de carreira, remuneração compatível e segurança no trabalho, além de outras conquistas.

Desse modo, compõem o conjunto de problematizações dimensionadas por aspectos a serem enfrentados no âmbito do Sistema e outros que são complexos e externos, mas igualmente desafiadores na gestão do trabalho. Portanto, é diante desse quadro que a gestão do trabalho e educação permanente se apresenta como eixo estruturante no SUAS, a partir da Lei nº 12.435 de 2011, que modificou a nº 8742, de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS.

Assim, implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social é um dos objetivos da gestão das ações na área de assistência social, organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), demarcado no artigo 6º da respectiva LOAS, pois, conforme assegura a compreensão nacional:

A Gestão do Trabalho é uma área de gestão do Sistema Único de Assistência Social (Suas) que trata das questões relacionadas ao trabalho social e aos trabalhadores (as) que atuam na política de assistência social. Compreende o planejamento, a organização e a execução das ações relativas à valorização do trabalhador e à estruturação do processo de trabalho institucional, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2023).

Nessa perspectiva, as ações Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS), de São Luís do Maranhão, por intermédio da Coordenação de Gestão do Trabalho e Educação Permanente (COGETEP), vinculada à Superintendência de Gestão, almejam avançar na perspectiva de qualificação dos serviços mediante a valorização daqueles que os executam – seus trabalhadores.

Nesse sentido, deu-se prioritariamente nas seguintes frentes: diagnóstico e realização de concurso público das categorias que compõe as equipes de referência do SUAS; construção de proposta de adicional por nível de complexidade aos trabalhadores do SUAS, a ser implementado pelo poder executivo; análise e estudo do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do município; implementação da Mesa

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Municipal de Negociação e Gestão do Trabalho do SUAS¹, com estímulo e apoio à criação do Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS de São Luís (FMTSUAS/SLZ); construção de Plano Municipal de Educação Permanente; aprovação da estrutura administrativa da SEMCAS, com definição dos cargos relacionados e suas respectivas atribuições, mediante a lei municipal nº6.874, de 28 de dezembro de 2020.

Há que se ressaltar, concomitante ao período analisado, o panorama conjuntural brasileiro jogou contra tais ações, especialmente a partir de 2016, com o golpe parlamentar responsável pela ascensão do Presidente da República, Michel Temer e consequente redução do orçamento, mediante a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que definiu teto aos gastos públicos. A partir dali vivenciou-se uma gradativa redução do cofinanciamento da política de assistência social, em nível federal, comprometendo a execução de boa parte dos serviços, assim como avanços no que se refere à gestão do trabalho.

Nas palavras da gestora², cujo exercício encerrou em 31 de dezembro de 2020, em função da alternância da gestão municipal³, São Luís apresentava-se como referência na implementação do Sistema Único de Assistência Social, mesmo em um panorama de diminuição, em 40%, do orçamento federal destinado à sua execução. Destaca-se que a referida gestora presidiu o Colégio Nacional de Gestores Municipais da Política de Assistência Social (CONGEMAS), com defesa incansável do pacto federativo na recomposição do orçamento do SUAS e da execução da referida política até fevereiro do corrente ano de 2021.

Entretanto, observa-se que a direção em foco já contrastava com o processo de precarização das condições de trabalho dos servidores municipais. Estes vivenciaram progressivo rebaixamento salarial decorrente de cinco anos sem reajuste, não implementação de plano de cargos, carreiras e salários, mesmo em dez anos de efetivo exercício⁴, e não implementação do adicional por nível de complexidade, cuja tentativa de aprovação levou a gestão maior da referida Secretaria a encaminhar tal demanda, com previsão orçamentária, aos diversos órgãos da administração pública, durante aproximadamente cinco anos, sem alcançar o resultado esperado.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Ademais, ainda que boa parte dos Assistentes Sociais e Psicólogos das equipes de referência sejam estatutários, advindos de concursos públicos realizados em 2007 e 2018, a nomeação deu-se em número insuficiente diante do processo de demissão de servidores contratados. Sobretudo, após a progressiva diminuição do repasse federal, decorrente do corte no orçamento aprovado pela Emenda Constitucional nº 95/2016.

4 CONCLUSÃO

As transformações contemporâneas no mundo do trabalho, expressas mediante inovações tecnológicas e reestruturações produtivas, evidenciam-se como processo global cujos desdobramentos se dão de forma particular, conforme a formação social e a capacidade de articulação e mobilização da classe trabalhadora, para enfrentar tais impactos.

No que se refere à análise das ações de valorização dos trabalhadores da política municipal de assistência social de São Luís do Maranhão, ela passa pela mediação do contrarreforma do Estado brasileiro, pela particularidade da expansão focalizada da política de assistência social no Maranhão, considerando uma gestão municipal, cuja formação e direção social almejou avançar na qualificação dos serviços ofertados, mediante sua expansão, educação permanente e valorização de seus trabalhadores, eixos nos quais foram exitosos.

Entretanto, a conjuntura nacional de golpe parlamentar e as disputas pelo fundo público contribuíram para que não se assegurassem todas as ações construídas e projetadas. Ainda assim, verifica-se um rico legado no que tange às ações, cuja implementação depende de gestão afinada com seus objetivos, e fundamentalmente, da articulação e luta coletiva de seus trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Gestão do trabalho**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/gestao-do-suas/gestao-do-trabalho-1>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS**: uma contribuição necessária. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília: MDS, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB-RH/SUAS**. Brasília: MDS, 2006.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no séc. XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, Karl. O Capital: livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013a. v. 1.

MARX, Karl. O Capital: livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013b. v. 2.

SILVEIRA, Jucimeri Isoda. **Gestão do trabalho**: concepção e significado para o suas *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS**: uma contribuição necessária. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

¹ Portaria nº335/2017/GAB/SEMCAS, de 24 de novembro de 2017.

² Afirmção proferida virtualmente em “Diálogos com o CONGEMAS” para falar sobre: A Segurança de Renda e o Financiamento do SUAS” em 06 de agosto de 2020.

³ A referida profissional foi gestora durante as duas gestões do período analisado, cujo prefeito foi eleito sustentado pela coligação formada por PDT, PTB, PRB, PSC, PR, DEM, PROS, PC DO B, PSL, PEN, PT, e apoiada pelo, então, governador Flávio Dino (PCdoB).

⁴ Refiro-me aqueles, cujo provimento foram via concurso público. Ou seja, somente aproximadamente dez por cento dos 1058 trabalhadores daquela Secretaria Municipal, conforme dados apresentados pela gestora no I Seminário Sobre a Gestão do Trabalho no SUAS de São Luís, em 24 de novembro de 2017.

PROMOÇÃO



APOIO